

CONTRATO Nº 001/2018 – CRESS 20ª Região/MT

Contrato de prestação de serviços de manutenção dos sistemas de alarme e de comunicação e prestação de serviços de captação de informações, que fazem entre si, o Conselho Regional de Serviço Social da 20ª Região do Estado de Mato Grosso – CRESS 20ª MT e a empresa Inviolável Mato Grosso LTDA - ME.

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 20ª REGIÃO

– CRESS-MT, autarquia federal inscrita no CNPJ sob o nº 00.809.350/0001-01, com sede na Rua Batista das Neves, nº 22, Ed. Comodoro, Sala 303/304, Centro Norte, Cuiabá-MT, CEP 78.005-190, neste ato representado por sua Presidente **Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim**, brasileira, casada, assistente social, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] e no CRESS-MT sob o nº 1711, residente e domiciliada na Rua C, nº [REDACTED] Ap. [REDACTED] Torre 02, [REDACTED] Bairro [REDACTED] CEP 78050-322, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa Inviolável Mato Grosso LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.245.573/0001-31, sediada na Avenida Miguel Sutil, 5424, Bosque da Saúde, em Cuiabá-MT, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Flavio Rodrigues Ramos, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13174541, expedida pela (o) SSPMT e CPF nº [REDACTED] doravante designada **CONTRATADA**; tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **001/2018** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente contrato, mediante dispensa do processo licitatório com fulcro no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção dos sistemas de alarme e de comunicação e prestação de serviços de captação de informações para a sede do Conselho Regional de Serviço Social da 20ª Região, Estado de Mato Grosso, localizada na Rua Leme, nº 145, esquina com a Rua do Flamengo, bairro Jardim Guanabara, em Cuiabá-MT, de forma contínua, conforme as condições estabelecidas no presente Termo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DO PRAZO E DO SEU RECEBIMENTO



2.1. A execução dos serviços será iniciada a contar da data de assinatura do contrato de prestação de serviços;

2.2. O prazo para a entrega dos serviços é de até 30 (trinta) dias, contados da solicitação.

2.3. Os serviços serão recebidos mensalmente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão prestados na sede do CRESS 20ª REGIÃO MT localizada na Rua Leme, nº 145, esquina com a Rua do Flamengo, bairro Jardim Guanabara, em Cuiabá-MT

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Na prestação dos serviços está compreendido o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários; a instalação completa dos equipamentos e a sua respectiva manutenção, conforme anexo I.

4.2. Todo e qualquer equipamento acessório necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos listados, nos moldes desejados pela Contratante, deverá ser computado nas propostas das licitadas, não sendo aceitas alegações posteriores.

4.3. Os equipamentos instalados deverão ser novos e atender aos padrões técnicos das normas vigentes, constituindo-se mecanismos de alarmes capazes de permitir, com segurança e de forma imediata, a percepção de qualquer risco ou ataque.

4.4. A instalação somente será considerada completa depois de ter se verificado sucesso na realização de ensaios pela empresa contratada devidamente acompanhados pela equipe de fiscalização designada pela Contratante, que simulem as diversas possibilidades de utilização dos ambientes.

4.5. Todo custo de instalação e manutenção do sistema de alarme deverá ser suportado pela contratada.

4.6. Os serviços compreende ainda:

a) Manutenção de equipamentos necessários ao recebimento de informações através do sistema de alarme, denominada de manutenção, compreendida a revisão técnica periódica dos sistemas e substituição de peças com defeitos, durante o período contratual, mediante solicitação e aprovação do contratante.

b) Manutenção dos sistemas de comunicação, compreendida ainda a revisão periódica do sistema e substituição de qualquer peça do sistema quando necessário e/ou solicitado pelo contratante, durante o período contratual, mediante aprovação do contratante.



c) Recepção (captação) na central da contratada, através dos equipamentos instalados no local indicado pelo contratante, inclusive com deslocamento de pessoal, após o disparo do sistema para a averiguação do ocorrido, bem como informar o contratante, quando constatada alguma irregularidade.

4.7. A contratada deverá ainda disponibilizar ao contratante, meios distintos de captação de informações dos sistemas de segurança eletrônica (alarme), de acordo com os meios de comunicação, cabendo ao contratante avaliar o grau de segurança proporcionado e os riscos inerentes de insucesso na comunicação, bem como fatores que impedem o próprio recebimento de informações na central da contratada, decorrentes de caso fortuito, força maior ou de ato de terceiros, alheios à vontade à prestação de serviços, possibilitando a opção pelo sistema que entenda ser mais adequado para atender aos seus interesses.

4.8. Os meios de comunicação pela qual a central da contratada receberá as informações sobre os eventos ocorridos no local da prestação dos serviços podem ser: via telefone, via GRPS, via rádio ou ainda via Internet/IP. Para tanto a empresa deverá informar sobre os riscos de cada meio de comunicação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 08/11/2018 e término em 07/11/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

5.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição

5.3. Todas as alterações contratuais e prorrogações serão realizadas mediante celebração de termo aditivo

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTES:

6.1. O Valor do contrato é de R\$ 9.319,38 (nove mil, trezentos e dezenove reais, trinta e oito centavos), que corresponde ao fornecimento e a instalação de todos os materiais e equipamentos necessários bem como ao serviço de atendimento, monitoramento e manutenção do sistema, pelo período de 12 (doze) meses, sendo R\$ 4.879,38 (quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais, trinta e oito centavos) pelo fornecimento e instalação dos materiais e R\$ 4.440,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), que será pago mensalmente no total de 12 (doze) meses, pela prestação dos serviços de atendimento, monitoramento e manutenção do sistema.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irredutível, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno



mínimo de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, pela variação do índice INPC ou outro que vier a substituí-lo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para os exercícios de 2018, na classificação: **6.2.2.1.1.01.04.03.001.010 e 6.2.2.1.1.01.04.04.030.**

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

8.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.5. A Contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura de todos os serviços executados por meio impresso.

8.6. No documento de cobrança deverão ser destacadas, conforme legislação pertinente, as retenções tributárias, sendo que a Contratante efetuará o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais quando a legislação assim o exigir.

8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.8. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados.



b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

8.9. Os pagamentos pelos serviços efetivamente prestados serão creditados em nome da Contratada, em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas nesta contratação. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8.10. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

8.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

8.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.16. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003 e legislação municipal aplicável.

8.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; assim apurado:



$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

9. CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. O regime de execução do presente contrato é o regime de empreitada por preço global.

9.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.3. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

9.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Disponibilizar todas as informações necessárias para o cumprimento do serviço proposto e outros meios que se julguem necessários para o atendimento das necessidades.

10.2. Receber os objetos, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando seu recebimento;

10.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento;



- 10.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/equipamentos fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas;
- 10.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.6.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.7.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.8.** Efetuar o pagamento à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.9.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
- 10.10.** Fornecer condições adequadas para instalações dos equipamentos, de acordo com as especificações da proposta;
- 10.11.** Informar imediatamente à Contratada todas e quaisquer alterações nas disposições internas de suas dependências (em se tratando de paredes, divisórias, mobiliários, mercadorias, reformas, etc.) e/ou ampliações de qualquer natureza no patrimônio a fim de que seja reavaliado a alocação dos equipamentos;
- 10.12.** Solicitar à Contratada a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;
- 10.13.** Zelar pelos equipamentos evitando danos físicos aos mesmos;
- 10.14.** Permitir que a Contratada realize a inspeção dos equipamentos instalados;
- 10.15.** Permitir o acesso do pessoal autorizado da Contratada para averiguar o funcionamento do alarme, devendo todos estarem identificados, se possível uniformizados;
- 10.16.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 11.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;



- 11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4.** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis e quaisquer outros que forem devidos e decorrente do objeto contratado;
- 11.5.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.6.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.8.** Comunicar por escrito a Contratante qualquer fato que impossibilite o fornecimento dos serviços, para providências que se fizerem necessárias, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- 11.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.10.** Instalar, após o recebimento de autorização por parte da Contratante, todos os equipamentos necessários a execução dos serviços e possibilitando o funcionamento dos mesmos;
- 11.11.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, oriundo da instalação e desinstalação de estruturas e instrumentos utilizados para a execução dos serviços;
- 11.12.** Responsabilizar-se pela limpeza e conservação do local quando da instalação dos equipamentos;
- 11.13.** Assumir e responsabilizar por quais acidentes que possam ser vítimas seus empregados, prepostos, colaboradores e terceiros quando da execução dos serviços;
- 11.14.** Observar e respeitar as normas e procedimentos de segurança;
- 11.15.** Registrar todas as ocorrências em sua base de dados, e emitir relatórios a ser entregue à Contratante, sempre que solicitado, indicando data, horário e responsável por cada operação no sistema de alarme;
- 11.16.** Realizar testes periódicos no sistema instalado para verificação do seu correto funcionamento, assim como, testes acerca da regularidade do envio do sinal para a central da Contrata;
- 11.17.** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 48 (quarenta e oito) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- 11.18.** Atender, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação pela Contratante, às solicitações de manutenção corretiva no sistema eletrônico de



vigilância, sob pena de desconto no faturamento aos dias em que o sistema ficar sem funcionamento;

11.19. A Contratada deverá oferecer treinamento sobre a correta utilização dos equipamentos;

11.20. A Contratada também deverá ofertar suporte, através de telefone ou visita técnica, para a resolução de dúvidas referentes à operacionalização do sistema, sempre que solicitado;

11.21. As despesas relativas aos deslocamentos de técnicos e veículos, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão por conta da Contratada e sob a sua exclusiva responsabilidade, devendo para isso computá-las na sua proposta, não sendo aceitas alegações posteriores;

11.22. Executar a manutenção preventiva dos equipamentos fazendo todos os reparos necessários para garantir sua plena funcionalidade;

11.23. Monitorar a ativação e desativação do sistema de alarme;

11.24. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11.25. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outros;

11.26. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CRMV-MT;

11.27. Atender prontamente todos os chamados da Contratante;

11.28. Fornecer garantia de no mínimo 01 (um) ano para todos os equipamentos instalados;

11.29. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, quando da formalização do contrato;

11.30. Não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso na entrega do objeto contratual a falta de quaisquer dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbir ao contratado, não sendo eximido das responsabilidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

- a) Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal, ou não manter a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;



- b) Multa moratória de até 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) proporcional à obrigação inadimplida, em caso de inexecução parcial;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

12.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

12.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.5. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

12.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.7. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter pedagógico da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.10. As multas devidas e os prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União; ou deduzidos da garantia; ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.13. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

12.14. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual no processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

12.17. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, desde que devidamente justificado pelo ordenador de despesas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES:

14.1. É vedado à Contratada:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios e normas gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, com sede em Cuiabá/MT.

18.2. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.



CONTRATANTE

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 20ª REGIÃO–CRESS-MT

Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim
Presidente do CRESS/MT



FLÁVIO RODRIGUES RAMOS
Inviolável Mato Grosso Ltda-
CONTRATADA 01-31
Inviolável Mato Grosso LTDA - ME
CNPJ: 27.245.573/0001-31
Flavio Rodrigues Ramos
CPF: 909.027.081 -87

